



A nova direita em estado puro

Céli Regina Jardim Pinto*

Onze de novembro de 2016 foi um daqueles dias em que o mundo parou estupefato, tal como havia acontecido nos ataques terroristas de 11/09/2001: Donald Trump ganhou as eleições presidenciais nos Estados Unidos, o que ninguém acreditava que aconteceria.

Durante a campanha eleitoral, as poderosas cadeias de TV e os grandes jornais, como o New York Times, se declararam contra Trump e explicitamente a favor da democrata Hillary Clinton. Até Wall Street, tão afeita aos republicanos, desta vez apoiava Clinton.

Trump era o candidato *outsider*, nunca havia concorrido a um cargo eleitoral. Sua campanha política foi calcada no que havia de mais reacionário e primitivo no imaginário do eleitor: homofobia; racismo; nacionalismo xenofobo; promessa de proteger os mais ricos com menos impostos e com isto criar empregos para os mais pobres; plano de expulsão de 11 milhões de imigrantes ilegais; proibição da entrada de muçulmanos no país; construção de um muro entre os EUA e o México; rompimento de acordos comerciais; fim das zonas livres de armas ao redor dos colégios; aproximação com a Rússia de Putin e com a Síria de Al-Assad para combater o Estado Islâmico; denúncia da China como a grande vilã dos problemas econômicos estadunidense.

Hillary Clinton, ao contrário, era a candidata do establishment. Fez uma campanha milionária (segundo a rede de TV CNN, gastou algo ao redor de 600 milhões de dólares). Foi apoiada por Barack Obama, considerado a grande novidade na política dos EUA: negro, jovem e com todas as limitações de ser presidente do maior país capitalista do mundo, tinha avançado nas políticas sociais em favor dos mais pobres. No momento das eleições, seu governo reunia 51% de aprova-

ção. Hillary defendia as políticas sociais do presidente, propunha aprofundá-las, prometia um aumento do salário mínimo, incentivo aos pequenos negócios, aumento de impostos para os ricos, falava da defesa dos imigrantes, dos direitos das mulheres e outras minorias. Mas representava o poder, não só pelos apoios da mídia, de Wall Street e do presidente da república, mas por sua própria história, seja como mulher de um ex-presidente, seja por sua longa carreira política como senadora e Secretária de Estado.

Não é um equívoco, pois, afirmar que a vitória de Donald Trump foi a vitória do antiestablishment contra as forças políticas tradicionais, tanto dentro do próprio Partido Republicano como do Partido Democrata. Mas o fenômeno que necessita ser entendido é: por que tais vitórias estão ocorrendo pelo espectro mais conservador da política? Esta talvez seja a novidade mais grave no mundo ocidental e cercanias no século 21.

Três características são importantes para pensar esse cenário. A primeira é que este não é um fenômeno apenas estadunidense. A segunda é que o discurso vencedor antiestablishment busca, na memória coletiva, o que há de mais reacionário, menos democrático e igualitário para interpelar a população. O nacionalismo e a xenofobia aproximam os discursos atuais às ideologias fascistas que povoaram a Europa na primeira metade do século 20. Há muitas semelhanças entre o racismo contra árabes e islâmicos no discurso de Trump e o antissemitismo de Hitler. A terceira característica é a posição abertamente contra todas as conquistas sociais (a propósito, muito poucas nos Estados Unidos) e os direitos de minorias, duramente conquistados ao longo de décadas.

Tudo isso leva a uma questão ainda mais grave: que sujeitos são estes que estão se re-

belando e votando na extrema direita? Onde estão os excluídos, os explorados pela extração da mais-valia? Os desempregados pelo capitalismo financeiro? Onde estão os que deveriam se unir porque não têm nada a perder? Onde está a pequena burguesia proletarizada? Onde estão os camponeses desalojados pelo capitalismo agrário? Nos Estados Unidos, estão todos apoiando Trump. Na França, Marine Le Pen; na Alemanha, o Partido de extrema direita Alternativa para Alemanha; na Áustria, o Partido da Liberdade, classificado como ultradireitista, que conseguiu anular as eleições parlamentares em 2016.

No Brasil, não temos um fenômeno de ultradireitismo, mas a debacle do PT, a tomada de poder por grupos conservadores históricos associados aos interesses do capitalismo financeiro e o desmonte das políticas públicas, que garantiram, nos últimos 15 anos, novos direitos sociais para a população pobre do país, são indícios que não podem passar despercebidos. Essa população, entretanto, não se sentiu ameaçada pela destruição do PT. Ao contrário, votou nas eleições municipais de 2016 em candidatos claramente identificados com a direita brasileira.

Todos esses fenômenos não podem ser explicados por uma única causa. São países muito diferentes, histórias muito distintas. Porém, chama atenção que, quando aumentam os excluídos do mundo, quer pela crise do próprio capitalismo, quer pelas guerras que desalojam milhões de pessoas, as vozes que se levantam e são ouvidas, paradoxalmente, buscam aprofundar a exclusão.

Para avançar na tentativa de entendimento desse complexo processo, é útil pensar no recorte “nós” e “eles” na construção do sentido da vida das pessoas como cidadãos de um país. A existência dessa dicotomia é tão presente quanto instável na luta política.

Um equívoco de análise foi não perceber que as massas de excluídos eram heterogêneas e variáveis; tomou-se o proletariado como um dado do real que era levado à consciência por vanguardas ou pela autodescoberta através da experiência. O problema é que as contradições e diferenças construídas ao longo da história do capitalismo foram muito mais complexas. O proletariado, antes de ser único, eram brancos e negros, homens e mulheres, nacionais e estrangeiros, nativos e imigrantes, operários de multinacionais ou trabalhadores autônomos.

A face política do capitalismo, representada por seus políticos e seus intelectuais orgânicos, tem vivido períodos de muito êxito ao atrelar a crise à inclusão dos diferentes: os não homens, os não brancos, os não nacionais, os não cristãos. Há um deslocamento da contradição que deixa de ser entre o capital e o trabalho e passa a ser intratrabalho. Esse cenário cria um caldo de cultura perfeito para as soluções conservadoras, antidemocráticas e excludentes, que associam a política ao status quo corrupto e incapaz de garantir empregos. A presença do Estado e seu princípio de garantias universalizadas são vividos como ameaça.

Para concluir, sempre é bom lembrar que a História não acabou. Não existe uma vitória definitiva das forças conservadoras no mundo ou no Brasil, mas uma história incorporada de lutas e novas contradições, novas alianças, novos movimentos dos excluídos. Inclusive novos excluídos vão se constituir. Por enquanto, Trump representa a nova direita em estado puro. Que consequência isso terá para que se possa pensar em uma virada progressista? É muito cedo para prever.

* Professora Titular do Departamento de História

